

## Mulher e assistência: as afinidades eletivas <sup>1</sup>

Yara Maria Frizzera Santos<sup>2</sup>

“... *há sempre coisa melhor a fazer com uma herança do que jogá-la no lixo.*”

Clifford Ceertz

### RESUMO

Neste artigo proponho-me a refletir sobre o impacto, sobre as subjetividades das(os) assistentes sociais, da co-existência, nas esferas do imaginário, das teorias e das práticas profissionais, de dois mapas de sociabilidade - a *sociabilidade primária* e a *sociabilidade secundária* – ambos matrizes do desenho profissional. O primeiro, identificado com as relações pessoais, a gratuidade e o dom, configura-se como um *modelo cultural feminino*; o segundo alicerça-se na impessoalidade, na racionalidade e no interesse, atributos historicamente associados ao *masculino*. Embora coexistam, travam entre si uma relação de descontinuidade, compondo um cenário de paradoxos no ambiente da profissão. Minha hipótese é que o *modelo da ajuda* que nos deram origem permanece na nossa memória, simbologias, práticas e representações, ora em harmonia ora em disputa com as formulações *modernas* de matriz liberal, tecnicista, ou marxista. A par dos esforços de ruptura e modernização, a assistência social benevolente, prática feminina por excelência, sobrevive e permeia o Serviço Social contemporâneo, num silêncio ruidoso e incômodo, sobre o qual preferimos nos calar.

Palavras chaves: contemporaneidade, serviço social, gênero.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da pesquisa que deu suporte à minha tese de doutorado, defendida na UFRJ, com o título “Nós, as assistentes sociais – estudo antropológico das subjetividades e ambivalências da profissão” .

<sup>2</sup> Professora Titular da Escola de Serviço Social da PUC-Minas. Doutora em Serviço Social pela UFRJ.

## ABSTRAT

It is my goal in this paper to propose reflections about the impact and the subjectivity of the social assistants, concerning the coexistence of two different maps of sociability in the domains of their imagery, theories and professional practices they live. I am thinking about the *primary sociability and secondary sociability* – both of them blueprints of professional frame. The first of them – the gratuity, the bequest – identified with personal relations can be seen as a *feminine cultural model*. The other is embedded in rationality, impersonality and self-interest – features historically associated to *masculinity*. Even if in coexistence, the two different maps of sociability live a relation of discontinuity which creates hence a paradoxical setting in the professional panorama. My hypothesis is the following: *the giving and helping* pattern, very present in our origin, is still in our memory, imagery, practices and representations; once in harmony once in disagreement with *modern* models characterized as monetarist, plenty of technicality or Marxist. Besides the efforts toward ruptures and modernization, the benevolent Social Services model, a *feminine* practice by excellence, survives and surrounds the modern Social Services through a very noisy and disturbing silence – about which we prefer to keep our mouths closed.

## Introdução

Ainda nos anos sessenta, quando estudante de Serviço Social, já (pres)sentia um certo sentimento de mal-estar para com a profissão que havia escolhido. Frequentemente perguntava-me se o Serviço Social me daria o que esperava da vida profissional: independência econômica, trabalho socialmente útil, reconhecimento social, desenvolvimento profissional e intelectual. Durante o período de estágio, em contato diário com assistentes sociais, os sentimentos de insegurança quanto às atribuições, objetivos, significados, status e autonomia da profissão tornaram-se mais agudos. Nas décadas que se seguiram, na dupla condição de assistente social e professora, registrei que, o que estou chamando de mal-estar profissional, aparece freqüente e espontaneamente nas conversas entre colegas e alunas, na formas de lamentos, brincadeiras e chistes, o que me levou a percebê-lo como um sentimento coletivo que permeia as subjetividades de muitas(os) colegas. Assim é que a experiência refletida de minha vida profissional permitiu-me formular questões que me serviram de referência para a investigação teórica e empírica e para a análise das informações coletadas.

Neste artigo, proponho-me a fazer um recorte das questões, dados e análises que compõem o relatório final da pesquisa, enfocando o impacto, sobre as subjetividades das(os) assistentes sociais, da co-existência, nas esferas do imaginário, das teorias e das práticas, de dois mapas de sociabilidade - a *sociabilidade primária* e a *sociabilidade secundária* – ambos matrizes do desenho profissional: o primeiro identificado com as relações pessoais, a gratuidade e o dom, configura-se como um *modelo cultural feminino*; o segundo alicerça-se na impessoalidade, na racionalidade e no interesse, atributos historicamente associados ao *masculino*. Minha hipótese é que o *modelo da ajuda* que nos deram origem permanece na nossa memória, simbologias, práticas e representações, ora em harmonia ora em disputa com as formulações *modernas* de matriz liberal, tecnicista, ou marxista. A par dos esforços de ruptura e modernização, a assistência social benevolente, prática feminina por excelência, sobrevive e permeia o Serviço

Social contemporâneo, num silêncio ruidoso e incômodo, sobre o qual preferimos nos calar.

### ***1. Seria a assistência, uma questão de gênero?***

O conceito de *gênero*, tal como elaborado nos estudos acadêmicos tributários dos movimentos feministas dos anos setenta, ancora-se na radical construção cultural da diferenciação e classificação do masculino/feminino. Seu ponto de apoio é a cultura, marcando uma oposição às hipóteses explicativas desta diferenciação/ hierarquização dos sexos pela via do determinismo biológico, *naturais e perenes*. J. Scott (1995, p.85), a partir de um núcleo genérico em torno da idéia de que o termo *gênero* designa um *elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos*, acrescenta-lhe um elemento político, definindo-o como uma *forma primária de dar significação às relações de poder*.

Mais de 90% dos profissionais de Serviço Social são mulheres, assim como são mulheres a maioria dos usuários dos programas assistenciais e também o são as(os) agente operadoras(es) da assistência social não profissional, voluntário, no âmbito familiar ou externo a ele. A par deste dado, os depoimentos por nós coletados mostram que, de tal maneira estamos habituados a lidar com conceitos como cidadania, exclusão, direito, assistência, como se fossem categorias universais e de aplicação idêntica para homens e mulheres, que nos esquecemos de pensar o quanto estamos submetidos às interferências da construção social de gênero no âmbito da profissão. Pouco tematizamos a *natureza feminina* das necessidades e demandas assistenciais que nos chegam, assim como não nos detemos para pensar sobre as expectativas que recaem *naturalmente* sobre as mulheres nas prestações assistenciais de pessoas dependentes tanto no âmbito das relações próximas como das mediadas pelos programas sociais.

Relacionada com os processos de *construção social da identidade feminina*, mantém-se a ideologia da separação da produção como esfera material e econômica,

e a reprodução na esfera simbólica e não material. Nesta polarização, o trabalho da mulher institui-se como não produtivo, desqualificado e não remunerado. Incluem-se aí os cuidados com as crianças, os enfermos e idosos, um trabalho *invisível* e *indisível*. Saraceno (1995) chama a atenção para a disponibilidade da mulher para o trabalho gratuito de assistência, na sua visão um dos três pilares dos sistemas de *welfare*, ao lado do acesso ao mercado de trabalho e o acesso à previdência social. Com maior ênfase num elemento ou noutro, na dependência do grau de desenvolvimento, das opções políticas e das conquistas sociais de cada sociedade, persiste, ainda que de forma residual, o trabalho assistencial gratuito realizado pela mulher dentro das fronteiras da casa.

Nos últimos anos, ganha densidade teórica e força política a tendência de crítica em relação aos sistemas institucionais de assistência social pública, denunciando-os como instâncias geradoras de dependência e outras tantas perversidades para seus usuários e assistidos. À consciência da importância de se humanizar a assistência, soma-se a preocupação dos planejadores das políticas públicas com os altos custos financeiros do atendimento requerido pelo crescimento da população dependente devido a fatores como o envelhecimento populacional, a degradação das pensões e aposentadorias, o aumento do contingente de pessoas com alto grau de vulnerabilidade social, como crianças sem lar, desempregados de longa duração, mulheres e crianças vítimas de violência, jovens dependentes químicos, etc. O passo seguinte à crítica ao atendimento institucional é o apelo à solidariedade e a restituição dos serviços às famílias, que são chamadas a participar ativamente na execução de tarefas assistenciais no espaço doméstico. Entretanto, no nosso país, são raras (ou ausentes) as propostas que levam em conta os ônus de tais repasses para as famílias concernidas. A rigor, os ônus para a mulher, dado que, embora o discurso nomeie a *família*, na maior parte das vezes as ações assistenciais são efetiva e cotidianamente confiadas às mulheres e, como *coisas de mulher*, invisíveis e depreciadas no seu valor social e econômico.

Assim é que a retração do papel do Estado na provisão do bem estar social atinge duplamente a mulher que, além de suportar as restrições comuns aos homens, ainda é convocada a prestar serviços gratuitos assistenciais. As conseqüências de

tais serviços para suas vidas são desconhecidas, já que não entram na pauta das reflexões teóricas, das proposições políticas, nem dos indicadores estatísticos ou das preocupações da sociedade. Não se tem como avaliar os danos pessoais de uma mulher que abandona seus estudos por falta de dinheiro e tempo, que abdica de se lançar no mundo do trabalho durante anos a fio para se dedicar aos cuidados de um (ou vários) membro dependente de sua família. Como são pensados seus direitos sociais e suas possibilidades de ingresso na cidadania política? De que cidadania está-se falando? Possivelmente de uma *cidadania incompleta*, como define Saraceno:

*(...) essa disponibilidade da fornecer assistência não parece sequer constituir o modelo em que se inspiram os teóricos contemporâneos, de uma cidadania que incorpore também deveres de solidariedade ativa, não mediada exclusivamente pelo pagamento de taxas (Saraceno, 1995, p.227).*

Se o trabalho voluntário, a participação em trabalhos de utilidade social e outras formas de engajamento solidário são valorizados e reconhecidos, o mesmo não acontece com relação às atividades assistenciais desenvolvidas pelas mulheres dentro da família, junto a parentes ou vizinhos. Estas não são tematizadas nem como modelos, nem como passíveis de algum tipo de redistribuição; são atribuições que só se tornam visíveis na medida de sua ausência: *na falta de assistência , nas necessidades insatisfeitas:*

*A temida indisponibilidade das mulheres para efetuar o trabalho de assistência parece de fato surgir como uma nova questão social, seja sob a forma de insuficiente disponibilidade para a reprodução, seja sob a forma de pedidos de serviços de assistência: para crianças e também idosos dependentes. Cidadãs incompletas, do ponto de vista dos direitos sociais e da própria possibilidade de acesso e ação na cidadania política, as mulheres correm o risco de aparecer também como cidadãs inadequadas e más, quando, por motivos objetivos e subjetivos, não tem condições de cobrir as necessidades que lhes são confiadas, não porque são cidadãs, mas porque são mulheres dentro da família e da comunidade (Saraceno, 1995, p.227).*

A análise de Saraceno, voltada para o âmbito da vida privada, nos ajuda a entender as contradições impressas no trabalho assistencial profissional, campo de co-existência de dois mapas conceituais e práticos distintos, comportando, cada um deles, um conjunto de experiências, simbologias, exigências e expectativas. Um primeiro mapa localiza o serviço social em continuidade às chamadas *artes antigas*, associadas às multisseculares práticas de cuidado caritativas e benevolentes no

âmbito das relações de proximidade. O registro desse serviço social é a *sociabilidade primária*, definida por Caillé como a *esfera da existência social na qual as relações entre as pessoas têm mais importância do que as relações entre as funções* (1996, p.233). Predominante nos domínios das solidariedades intergeracionais e familiares, das relações de vizinhança, de amizade e de camaradagem, a *sociabilidade primária* identifica-se com a ação desinteressada, gratuita, desdobrando-se em relacionamentos pessoais, procedimentos e condutas de oferta e doação de bens e serviços, sem a certeza de retribuição. O outro campo caracteriza-se pela prevalência da *sociabilidade secundária*, definida pelo mesmo autor como o *locus de articulação do conjunto das práticas que tendem a submeter o sujeito individual ou as coletividades primárias a um código universalista e afetivamente neutro ao código societal* (Caillé, 1996, p.235). Trata-se do Serviço Social institucionalizado, cuja identidade ancora-se nos princípios gerais do profissionalismo, em consonância com o modelo da impessoalidade própria da racionalidade moderna, marcando uma ruptura com os seus mitos fundadores: a caridade, a piedade e a benevolência.

A sociabilidade primária faz parte de uma família de sentidos que nos remetem ao passado do qual nos queremos dissociar; a sociabilidade secundária, por outro lado, nos é mais cara, e conta com a concordância de liberais, marxistas e estruturalistas. Freud, Marx, Lévi-Strauss, Bourdieu e tantos outros nos fizeram perder a inocência e ver que, por trás dos aparentes atos de doação, de generosidade e de altruísmo, escondem-se interesses egoístas, quer sejam materiais, simbólicos, sexuais ou de dominação. No moderno *mundo desencantado*, o homem é *realista e sabe o que se oculta por trás do dom* (Godbout, 1992) e nós, assistentes sociais, quase que por razões de ofício, suspeitamos do ato desinteressado supostamente inscrito na filantropia, na caridade, na benevolência. Construímos nossa profissão a partir do desvelamento das representações e valores associados ao ato desinteressado e aprendemos que essas noções (e ações) são também dispositivos de controle social, de reprodução das relações de exploração, de amortecimento dos conflitos sociais, de domesticação das condutas marginais e desviantes. E é a crítica radical ao Serviço Social como instância de controle - cultural, social e político -

que funda nossa identidade profissional moderna. No entanto, no imaginário do Serviço Social - interno e externo ao grupo profissional - permanece o acoplamento *mulher-assistência social*, fonte de disputas, ambigüidades e tensões nas subjetividades das(os) assistentes sociais, o que ficou evidente nos depoimentos de colegas e alunas.

Na reunião com as alunas provocamos a discussão sobre o tema a partir da pergunta: *por que vocês acham que há uma maioria tão expressiva de mulheres na profissão?* A reação é imediata e acalorada; todas têm muito que falar. Algumas falam da *vocação feminina*; outras ressaltam as *vantagens* de tal aproximação para a profissão e outras ainda tentam apenas entendê-la ou relativizá-la. Para fortalecer seu argumento, uma aluna remete o Serviço Social ao recanto mais interior do corpo humano:

*É quase que visceral; (...) a mulher é menos seca do que o homem; talvez tenha mais trato para mexer com as coisas do social. Não quero dizer que os homens não tenham, mas eu acho que em média as mulheres têm mais, o que não significa que devem mexer só com isto.*

Outra aluna avança ainda mais na defesa de uma difusa *tendência feminina*:

*Vejo o Serviço Social mais voltado para o humano, a pessoa, o sentimento. O homem acaba assumindo o papel de provedor da família, tem de ganhar mais, buscar status. A mulher não está preocupada com valores econômicos e materiais. É aquela velha tendência do homem ser muito mais da parte da razão; (...) eles tem mesmo dificuldades de se relacionar com o humano. Mas completa com uma concessão: ... o homem pode fazer Serviço Social.*

Vários registros coletados na mesma reunião apontam para uma direção similar: a percepção das *vantagens e da positividade* inerentes nas afinidades entre *Serviço Social e mulher*:

*A mulher tem interesse voltado para questões sociais, preocupação com os problemas sociais, do outro. Ela se preocupa menos com questões econômicas.*

*Eu acho que há uma diferença entre os sexos no que diz respeito a desempenhar bem a profissão. Talvez a diferença fosse só neste curso; nos outros eu acho que não existe.*



Transposta para o paradigma da *construção social dos gêneros*, tais formulações são facetas da *teoria dos dois mundos*: o homem se ocupa do mundo externo, racional, abstrato, regido por leis universais, duro e competitivo, e a mulher cuida das *coisas do coração*, do particular, das pessoas, do que não envolve dinheiro, poder ou prestígio. Nesta perspectiva, as formações representacionais que expressam e modelam a profissão nos reservariam a custódia das emoções, em contraposição à razão, seguindo a mesma lógica cultural de atribuição de lugares sociais diferenciados na separação entre a vida doméstica e o mundo do trabalho. Mesmo profissionalizado, o Serviço Social continuaria habitando um espaço híbrido entre a *casa e a rua*, o *feminino e o masculino*, a *sociabilidade primária e a secundária*.

## **2. A mulher e o Serviço Social: as afinidades eletivas**

*O destino transformado em vocação*. Assim pode ser sintetizado o resultado da pesquisa de Bourdieu e Passeron realizada junto a estudantes universitários franceses. Concluem os autores que, entre as alunas de Letras, as manifestações de aptidões para o manejo de línguas, em maior medida do que os rapazes são o reflexo dos *mecanismos objetivos* que as orientaram preferencialmente para as Faculdades de Letras e, no interior delas, para determinadas especialidades (como línguas vivas e História da Arte). Acrescentam que se trata de um fenômeno cuja eficácia deve-se, pelo menos em parte, à interiorização da *definição social das qualidades femininas* (...) *que impõem a definição dos campos próprios dos estudos femininos*:

*(...) para que o destino, que é produto objetivo das relações sociais que definem a condição feminina em um momento dado do tempo, se transforme em vocação, é necessário e suficiente que as meninas (e todo o entorno, a começar pela família) se guiem inconscientemente pelo prejulgamento (...) de que existe uma afinidade eletiva entre as qualidades chamadas femininas e as qualidades literárias tais como a sensibilidade para os matizes imponderáveis do sentimento e o gosto pelos virtuosismos imprecisos do estilo. Desta forma, as eleições em aparência mais deliberadas ou mais inspiradas, têm em conta (ainda que indiretamente) o sistema de possibilidades objetivas que condena as mulheres a profissões que reclamam*

*uma disposição feminina (por exemplo, os ofícios sociais)” (Bourdieu & Passeron, 1991, p.81-82).*

Elza, formanda do curso de Serviço Social, socializada num ambiente familiar no qual os *atributos femininos* são fortemente marcados, assim como o era a expectativa sobre o futuro das filhas - *a doação e a docência* -, julga *candidamente* que a *sensibilidade maior da mulher* poderia ter influenciado a definição de sua *vontade*:

*Quando era pequena, meus pais diziam que as meninas tinham de ser professoras. Eu acho que isto influenciou, sim. Ainda mais que fomos criadas para a doação. (...) Acho que temos (as mulheres) uma sensibilidade maior e isto favorece a escolha feminina.*

Fátima, também aluna do último período, embora tente, não consegue esconder a força do ambiente *generificado* dentro do qual se deu sua opção. Começa por falar dos diferentes investimentos familiares nos filhos e nas filhas: *Meu pai era daquela época em que as mulheres não tinham que estudar, e os homens tinham de trabalhar*. Mas quando lembra de sua escolha por um curso superior, nega qualquer influência ligada ao fato de ser mulher:

*Escolhi o Serviço Social porque gosto. Fui criada numa casa muito aberta para as pessoas. Minha mãe nos ensinou a estar disponível para as pessoas, ajudar. Eu sempre tive vontade de fazer veterinária... (...) Não, ... o fato de ser mulher em nada influenciou minha escolha. Passei muito tempo sem estudar. Muitas coisas ajudaram. Cada pessoa tem um motivo diferente. Ou porque é mais fácil de passar no vestibular... ou porque gosta... eu gosto.*

Em outros tempos, nos anos 60, quando Carla prestou seu vestibular, a imposição familiar pôde se dar sem disfarces: declara que *optou pelo curso que a família decidiu*, pois havia a *certeza* de que *nem tudo é próprio* ou *fica bem* para uma mulher, a *certeza* de que existem profissões *para mulheres* e profissões *para homens* que se diferenciam também pelo prestígio social:

*Eu não queria fazer Serviço Social; nunca havia pensado nisto. Entrei para Escola despreparada, sem saber o que estava fazendo.*

Portadora de ambigüidades e tensões, o acoplamento *mulher-Serviço Social* comporta múltiplas faces e interpretações. Alguns depoimentos ressaltam sua

*positividade*, na medida em que é entendido como suporte de demarcação da especificidade da profissão. Signo de identificação do campo profissional, o *feminino* funcionaria como base das representações e da legitimidade do assistente social, enquanto que sua diluição num espaço não *generificado* poderia colocar em risco a própria identidade do profissional.

Perguntamos ainda a nossas entrevistas suas opiniões sobre quais seriam as *capacidades* e as *qualidades* de um bom profissional: *escuta, paciência, respeito, abertura de espírito, criação de afinidades com o outro*. Enfatizam a *capacidade de enfrentar frustrações e o sentido humanitário*. Uma aluna acrescenta que *o brilhantismo intelectual não ajuda a ser um bom assistente social*, e o pensamento é completado por uma colega: *o Serviço Social é mais delicado para a mulher; para o homem é mais difícil; a mulher é mais sensível*.

Entre as assistentes sociais formadas há mais de duas décadas, vamos encontrar Carla, que escolhe cautelosamente as palavras quando lhe dirigimos a mesma questão. O teor de sua resposta, no entanto, permanece similar à das jovens futuras profissionais: *Tenho medo de dar uma resposta preconceituosa, mas eu acho que a mulher tem mais sensibilidade para lidar com a questão da carência*.

Estamos diante de um conjunto de idéias que, ainda presente nos dias de hoje, nos remete aos tempos em que todas nós éramos mulheres, porque *a vocação maternal nos fazem calmas, doces, compreensíveis e protetoras*, como nos diz Isabel, reproduzindo o argumento do pai para que se tornasse assistente social.

O entendimento da dimensão *vocacional feminina* na profissão, tomado no contexto da história da profissão no Canadá, é o tema do artigo de L.Groulx: *Histoire du Service Social au Québec: de la vocation féminine à l'approche féministe*. A análise distingue os momentos de maior ou menor *profissionalização*, cada um deles correspondendo a uma maior ou menor *valorização social* do Serviço Social. O autor conclui que a *feminilização* do Serviço Social, entendida como o crescimento do número de mulheres e da influência da *ideologia vocacional feminina*, é mais forte nos períodos em que as atividades profissionais são mais *fragilmente reconhecidas*, registrando-se um aumento de *desprofissionalização* e uma maior aproximação com movimentos conservadores inspirados no ideário do

catolicismo social. Esse processo se adensa na mesma medida em que se ampliam as bases sociais de recrutamento das estudantes, levando o autor à hipótese de que o *vocacional feminino* funcionaria como um *capital de legitimidade necessário ao exercício da profissão*.

O estudo, mesmo realizado num contexto geográfico e social distante do nosso, mostra um importante aspecto na cultura do Serviço Social: a valorização da *vocação feminina*, descrita como a capacidade de *compreensão e a inteligência afetiva em relação ao outro*, numa conjugação de *tato, sensibilidade e amor*. Sem a pretensão de generalização, nossa pesquisa evidenciou de que a crença de que a *vocação social é natural* da mulher, portadora das virtudes *de acolhimento, de generosidade, de sacrifício, de devotamento, de sociabilidade calorosa e compreensão afetiva* (Groulx, 1995, p.81-82), ainda esta arraigada entre profissionais e jovens estudantes.

Voltamos assim à reafirmação, no âmbito do universo pesquisado, à *teoria dos dois mundos*: o homem se ocupa do mundo externo, racional, abstrato, regido por leis universais, duro e competitivo, e a mulher cuida das coisas do coração, do particular, das pessoas, do que não envolve dinheiro, poder ou prestígio. As formações representacionais que expressam e modelam a profissão funcionam como que avalistas das emoções, em contraposição à razão, seguindo a mesma lógica cultural das assimetrias e da separação entre a vida doméstica e o mundo do trabalho.

*Bondade, afeto espontâneo e o que Stuart Mill chamava de cultura dos sentimentos* (Lasch, 1999, p.114) sustentam-se na aceitação acrítica do pressuposto de que a divisão sexual do trabalho estaria em consonância com *as diferenças naturais dos traços femininos e masculinos*, e assim fica justificada a associação *mulher-assistência-subordinação-desprestígio-baixos salários*, numa cadeia que pode ser traduzida como *mulher-abnegação-desinteresse-desprofissionalização*. Estamos diante de um típico acordo entre gêneros, entre dominantes e dominados que, ao se reproduzir no interior do grupo profissional, dispensa o emprego de qualquer forma de violência que não a simbólica. A ideologia encarrega-se de tudo.

Amarrada a uma estrutura fixa, a dicotomia feminilidade-submissão *versus* masculinidade-dominação permanece engessada pelos discursos culturais dominantes das narrativas fundadoras; a oposição torna-se *natural*, tendendo a reproduzir-se e a retextualizar-se.

*O roteiro é mais ou menos o seguinte: os homens se preocupam com dinheiro, carreira, idéias e progresso; mostram que se preocupam com o trabalho que realizam, os valores que têm e o sustento de suas famílias. As mulheres cuidam de suas famílias, vizinhos e amigos; é o fazem ao realizar o trabalho direto de cuidar. O percurso prossegue assim: os homens se preocupam com coisas mais importantes enquanto as mulheres se preocupam com aquelas de menor importância (Tronto, 1997, p. 186).*

Dessa maneira, não é surpreendente que o caráter *generificado* da profissão, como algo que *está lá desde sempre* (Lauretis, 1994, p.207), não faça parte das preocupações de nossas entrevistadas, que não deram mostras, nem de indagação, nem de indignação, acerca dos processos culturais subjacentes à definição do lugar social do Serviço Social no mapa social do trabalho. Quando por nós problematizadas, as marcas *femininas* inscritas no Serviço Social foram atribuídas ao *preconceito dos homens*, ao *desconhecimento da sociedade*, à *criação de família* ou, particularmente entre as assistentes sociais já formadas, à *história da profissão, que tem sua origem nas mulheres boazinhas e caridosas*. Tudo se passa como se a presença maciça de mulheres fosse um dado *natural* e que de *per si* acarretasse a associação da profissão com práticas, valores e sentidos *femininos* e subalternos. A *esperança* é que a entrada de homens no curso possa vir a sanar os *déficits* de reconhecimento, salário e prestígio; ou, vice versa, que os homens viriam a se interessar pela profissão na medida em que ela fosse subindo na escala do prestígio social. Por aí passou a fala de Lourdes, aluna do último período do curso:

*Os homens têm uma visão errada do Serviço Social, acham que é fazer caridade e em função disto, é coisa de mulher. Mas eu acho que está mudando. Claro que é uma mudança lenta, mas na medida em que o curso vai se valorizando, vai conquistando espaço, o homem vai perceber que tem lugar para ele também. Acho que com a entrada de homens a diferença tende a diminuir.*

Uma aluna reforça a distinção social dos espaços masculino e feminino atribuindo *a cada um o que lhe é de próprio: penso que se o curso fosse mais voltado para as questões dos direitos, os homens entrariam mais.*

Se apenas esparsamente nos perguntamos pelos significados de pertencermos a uma profissão *feminina*, menos ainda nos inquietam os motivos pelos quais não aderimos aos debates e lutas dos movimentos feministas, num claro contraste com o engajamento das(os) assistentes sociais em movimentos sociais e políticos de luta por outras bandeiras igualitárias. Mais de quatro décadas de intensos debates e militâncias feministas, só recentemente nós, membros de um agrupamento profissional feminino, despertamos nossa atenção às denúncias contra a *opressão masculina* e às reivindicações de *igualdade de direitos* que marcaram o tempo de gestação e maturação do movimento de mulheres.

A dissertação de mestrado de Sonia Heckert, intitulada *Identidade e Mulher no Serviço Social* constitui um importante contributo para a reflexão sobre as interconexões entre gênero e profissão. No final dos anos oitenta, Heckert registra a fragilidade do debate no seio da profissão:

*(...)pronunciamentos dos eventos da categoria podem comprovar o que se afirma, ou Uma consulta à literatura especializada, uma observação sistemática dos seja, que a presença da mulher sempre foi maciçamente dominante na profissão, mas que as iniciativas de debate ou abordagem da questão são muito incipientes (Heckert, 1989, p.160).*

Dez anos depois do trabalho de Heckert, Veloso retoma o tema em sua dissertação de mestrado - *Gênero e Serviço Social: um balanço crítico bibliográfico* - e aponta mudanças no interesse da categoria sobre o assunto; ressalta, no entanto, nos estudos realizados ainda existem *problemas a serem debatidos e lacunas a serem preenchidas*. O autor vai se reportar ao processo de institucionalização do Serviço Social como fator de compreensão da predominância de mulheres nas ações sociais de ontem e de hoje. Em seus primórdios, o Serviço Social é constituído por jovens formadas em estabelecimentos religiosos, que desta forma cumprem as expectativas correntes de realizar sua *vocação natural para as tarefas educativas e caridosas*. O objetivo de interferir na vida do proletariado para provocar seu afastamento de *influências subversivas* seria garantido pelo fato das

mulheres serem, pelo menos é o que se acreditava (ou se acredita?), portadoras dos valores morais da sociedade.

O registro vale tanto para o Serviço Social europeu como para o brasileiro. No primeiro caso, Verdès-Leroux registra o objetivo de afastar a ameaça socialista como *tarefa* de mulher, quer se trate de esposas de aristocratas, quer de delegadas junto ao povo, em busca de uma alternativa para a vida familiar das populações pobres marcadas por *comportamentos socialmente indesejados*. A submissão da mulher as conduziria a *reproduzirem naturalmente essa relação e a transmitirem valores éticos mais tradicionalistas*. O caso brasileiro não é diferente, e o Serviço Social aparece como um *affair* de mulheres de famílias abastadas reunidas a partir da militância no meio católico.

O que certamente não se contava era que, com toda esta carga tradicionalista, ainda assim a assistência pudesse servir de mote para a *saída* da mulher do espaço da casa, mesmo que em atividades de extensão das tarefas domésticas. M. Perrot, na *História das Mulheres*, cita a filantropia como uma dos poucos pretextos da mulher *sair* de casa e descobrir a vida da rua na segunda metade do século XIX. Motivada pela exortação à *maternidade social* e à assistência aos pobres, a ação filantrópica transforma-se em oportunidade de conhecer e experimentar o ambiente extra-casa. Como um tiro no pé, a intenção conservadora é traída pela prática, e o contato com prostitutas, operárias, crianças famintas, famílias miseráveis, a proximidade com a exploração de trabalhadoras e a discriminação da mulher possibilitam a formação de uma consciência social, política e de gênero, que está nas origens de movimentos sociais tanto de mulheres como sindicais.

Uma segunda dimensão ainda ausente nas nossas agendas diz respeito à predominância de mulheres no público da assistência e a pregnância do gênero nas demandas que nos são dirigidas. Observa-se a *olho nu* que as mulheres constituem a maioria da população que recorre nos programas sociais e que, mais do que seus próprios problemas, trazem-nos problemas de seus familiares, particularmente das crianças e dos membros dependentes e idosos: demandas por ajudas alimentares, habitação, creches, vagas hospitalares, etc. São elas como que porta voz dos

problemas e das dificuldades de outros e estão na linha de frente do enfrentamento da pobreza, do desemprego, da doença, da violência e de tantas mazelas que afligem e atingem os membros de sua família.

### **3. O sucesso no social**

Um lado complementar da *vocação feminina* para determinadas profissões, entre elas o Serviço Social, é a hipótese da rejeição das mulheres pelo interesse calculista e pelo sucesso no espaço público. De fato, o amálgama caridade cristã e *feminino* são idéias basilares na nossa constituição original: a primeira recomenda que *a mão esquerda não saiba o que a direita faz* e a segunda apregoa a invizibilidade que, nas regras de uma boa educação, define o trabalho da mulher como *‘trabalho de amor’* (pelo qual) *as mulheres não devem esperar qualquer retribuição; cuidar da cidade é tão gratuito como cuidar da casa* (M. Perrot, 1991, p.504).

O árduo processo de ruptura do Serviço Social com suas origens mal dissimula a permanência desse vínculo, que se desvela através de um sem número de maneiras, entre elas, a *síndrome do receio de sucesso*, expressão polêmica, mas já incorporada no vocabulário dos estudos de gênero. Princípio de explicação da suposta inibição das mulheres a se aventurarem em empreendimentos arrojados e promissores, o *receio do sucesso* tem como substrato a hipótese do *consenso ideológico* em torno da opressão e dominação, pelo qual se postula a *adesão e a cooperação voluntárias* das mulheres às suas condições. Diversas análises procuram dar conta dessa conformidade semi-consciente das mulheres para com as ideologias, expectativas e funções que lhe são definidas socialmente: submissão em relação aos homens, passividade, desejo de maternidade e relutância em entrar em competição quando fora do ambiente doméstico, comporiam o resultado de uma *socialização bem sucedida*. Para Lasch, o fenômeno se torna compreensível a partir do fato de que

*(...) as mulheres se preocupam tanto com questões de egoísmo e abnegação porque historicamente tiveram poucas oportunidades de exercer uma atividade*



*motivadora de caráter impessoal. Por não terem tido oportunidade, é natural que muitas delas careçam da confiança necessária para se lançar em desafios árduos e arriscados cujo domínio é a melhor receita, talvez a única para o amor-próprio (Lasch, 1999:144)*

A realização financeira numa área específica e o reconhecimento no espaço público constituem os dois pilares do núcleo central das definições do que é o *sucesso*, um patamar que dificilmente as mulheres alcançam, ou então alcançam apenas às bordas e em pequeno número, malgrado as conquistas feministas e as mudanças culturais contemporâneas. As estatísticas estão aí para nos mostrar como e raramente as mulheres são *bem sucedidas* no espaço público do trabalho e da política: ganham menores salários pelas mesmas funções, ocupam postos de trabalho menos prestigiosos, são minoria nos órgãos de representação política, nos comandos dos partidos, das organizações públicas e das empresas, um registro que se dá paralelamente ao crescente nível de escolaridade entre as mulheres. Poder e controle nos planos econômico, político e ideológico estão no núcleo da grade de explicação das múltiplas e persistentes desigualdades que nos atingem. Por outro lado, se se levar em conta o tanto que o sistema *família-casa* nos absorve, exigindo-nos tempo e investimento de inteligência e afeto no desempenho de papéis e funções domésticas, na dedicação e nos cuidados com as crianças, junto aos doentes e idosos da família, fica claro porque permanece a crença de que é a casa que demarca as fronteiras dentro das quais a mulher pode e deve conquistar respeitabilidade social. O espaço privado é também o espaço de privação, e privação é privação de acesso aos recursos públicos, à influência nas decisões políticas, à participação, ao reconhecimento social e à aprovação pública. Estar restrita a esfera doméstica é o mesmo que estar *privada de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles* (Arendt, 1983, p.67).

Tomando a hipótese do *receio do sucesso* como chave de acesso à compreensão do caráter *generificado* do ideário da profissão, instiguei minhas entrevistadas alunas a falar sobre seus anseios e expectativas para o futuro profissional e pessoal. Elas estão no final do curso, com os olhos voltados para uma nova etapa da vida: o que esperam? quais suas aspirações? que valores estão subjacentes a suas expectativas? As colegas profissionais foram provocadas a fazer

um balanço de suas vidas, a avaliar seus sucessos, fracassos, esperanças não cumpridas, conquistas e ganhos financeiros, intelectuais e de reconhecimento.

Entre as futuras assistentes sociais, a satisfação e a alegria de ter conseguido chegar ao termo da graduação coexistem com a preocupação com a perspectiva pouco animadora de poucos ganhos materiais. Seguras com relação à escolha que fizeram, mostram-se otimistas quanto ao sonho de realização pessoal que, esperam, a profissão lhes proporcionará, mas, ao mesmo tempo, demonstram a inquietação quanto às possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, aos salários e às dificuldades para realização de uma carreira progressiva. Para muitas delas, o Serviço Social, profissão universitária, lhes confere um lugar social diferenciado em relação às suas origens. Alcançado com grande esforço pessoal e familiar, o curso é motivo de orgulho e distinção na família, na vizinhança e entre os amigos; julgam-se, por isso, pessoas *bem sucedidas*:

*Eu achava que eu não ia ser capaz de seguir o curso. Depois de 16 anos que eu não estudava, não esperava alcançar o grau de conhecimento que eu tenho agora. Não imaginava que meu crescimento seria tão grande.*

*Meu pai está muito orgulhoso com minha formatura; ele que nem queria saber o que eu estudava. Sou a única filha a estudar no meio de meus irmãos homens.*

Ainda assim, as estudantes estão muito preocupadas com seu futuro. Várias dentre elas já alcançaram uma relativa autonomia financeira como trabalhadoras no setor de serviços (comércio, hospitais) e não esperam e nem alimentam grandes esperanças de que o Serviço Social possa vir a ser a *ponte* para maiores ganhos materiais e sociais. Poucas acreditam que através do Serviço Social poderão alcançar o *sucesso* nos termos correntes do dinheiro e do reconhecimento. Todas, no entanto, gostariam de *trabalhar na área*, desde que não implique na perda da condição econômica que já conquistaram. De resto, valorizam o *auto-respeito*, o *prazer no trabalho*, o *serviço à sociedade* e o *crescimento pessoal*, considerados elementos da *realização pessoal*. São estas as medidas de seu sucesso. Assim é que quando lhes perguntamos o que aspiram e em que condições poderão se considerar

como *uma profissional de sucesso*, reagem como se a palavra não fizesse parte de seu léxico:

*Sucesso? Não sei... O crescimento na universidade é mais para a gente mesmo. É o meu sucesso. Para mim, pelo menos, foi um crescimento mais pessoal. Hoje eu vejo que não tenho como parar. Era como se estivesse dormindo e de repente acordei.*

Assim é que a dinâmica das entrevistas fez emergir conteúdos ideológicos que compõem o universo simbólico de nossos futuros profissionais em relação ao *sucesso para uso próprio*: não nos falam das *formas de sucesso socialmente prescritas e normativamente fixadas*; o *seu sucesso* não é visível na via pública onde se dá o reconhecimento social; tampouco não se baliza em recompensas econômicas, em prestígio e poder: *sucesso é você acreditar em você mesma*, disse-nos uma aluna. Os depoimentos que se seguem expressam o pensamento do grupo, para o qual as palavras chaves são *gostar* e *serviço*:

*Sucesso? Deixe-me pensar. Serei uma pessoa de sucesso quando for respeitada por profissionais como eu, quando puder prestar serviço de maneira competente e segura. Vou me sentir realizada quando sentir que estou fazendo aquilo que gosto.*

*Para mim, o sucesso é você alcançar seus objetivos; nunca o total, mas é se sentir um profissional realizado, fazendo o que gosta, naquilo no qual você se formou e estar sempre buscando mais. O salário vem com o tempo.*

*Se eu conseguir trabalhar como assistente social numa prefeitura - não numa empresa, que não é “minha praia” - e puder desenvolver um projeto legal, e perceber que minha presença está fazendo alguma diferença ... eu acho que vou me considerar como uma pessoa de sucesso.*

Avaliando a vida profissional, as assistentes sociais formadas nos anos 60 parecem ter construído um parâmetro *realista* quanto ao significado do sucesso no âmbito no Serviço Social; o dinheiro e o prestígio ocupam o seu *devido lugar*, o lugar do possível dentro das fronteiras de uma profissão *social*.

Irene entende o sucesso associado ao ganho financeiro e ao reconhecimento social; neste paradigma, não se considera uma profissional de sucesso:

*Criei minhas filhas, trabalhei e me virei. Mas não posso falar em sucesso profissional. Gosto do que faço, mas dinheiro? ... Na hierarquia das profissões, o Serviço Social fica sumido. Não é uma profissão que aparece. Fica no ponto mais baixo da escala. Depois de Medicina, Odonto, Direito, Computação, Jornalismo, Engenharia, .... mesmo Letras e Psicologia. Um curso escondido.*

Alda não acredita que sucesso rime com Serviço Social:

*Sempre fui pintor de roda-pé. Aprendi a medir o tamanho do passo pelo tamanho da perna. Meu sucesso foi do tamanho do Serviço Social. Mas acho que nunca aspirei mais do que isto. (...) Numa sociedade mais evoluída e sensata, acho que o serviço social teria uma posição melhor, estaríamos ao lado dos engenheiros, dos médicos, dos dentistas. Mas não é isto.*

Sucesso no feminino ou, o que pensam as mulheres sobre o próprio sucesso? Essa questão norteou um estudo empírico que tomou como universo de pesquisa um grupo de engenheiras húngaras *bem sucedidas*. A autora do estudo, partiu da *acepção moderna de sucesso* como um processo de *uniformização (...)* lançado na *esfera econômica, concedendo proeminência e destaque para esfera pública social* (Markus, 1987, p.114). A superposição dos pares dicotômicos masculino-feminino e público-privado, fundamento da diferenciação hierarquizada entre homens e mulheres - o *sistema de sexo-gênero* -, deu suporte à sua busca da compreensão do significado do *sucesso* entre as mulheres. Inicialmente a investigação centrou-se num grupo de engenheiras húngaras que, pela opção profissional não tradicionalmente feminina, estariam, por hipótese, *orientadas para a carreira* no trabalho, por definição localizada na esfera pública; essas mulheres estariam (por hipótese), expostas e atraídas pelo sucesso. No entanto, as indicações empíricas apontaram para um outro sentido: a autora detectou um relativo desinteresse pelo *sucesso público*, o que foi também constatado quando ampliou seu estudo para um conjunto feminino mais heterogêneo, abarcando mulheres de formação e profissão diversificadas:

*(...) mesmo quando integravam a esfera pública da economia como, em princípio, iguais aos trabalhadores masculinos, para a maioria delas o sucesso permanecia definido não por critérios externos, de carreira cumprida, mas em termos de experiência pessoal interpretada como satisfação (Markus, 1987, p.112).*

Tal reflexão, no entanto, não pode deixar de considerar a crescente complexificação das dicotomias tradicionais entre os universos simbólicos feminino e masculino. Há muito que a ideologia que constrói e sustenta a separação dos gêneros apresenta duas faces dolorosamente contraditórias: a convivência de expectativas de comportamentos adequados e tradicionalmente femininos – a maternagem, o cuidado da casa, do marido, a submissão e a não competitividade com os homens - com as expectativas de emancipação econômica, crescimento pessoal, reconhecimento e ou as necessidades imperiosas de um trabalho remunerado para dar conta de sua própria sobrevivência, da sobrevivência dos filhos e de toda a família. A invisibilidade do espaço privado e o sucesso na esfera pública constituem os dois pólos de uma tensão que foi expressa por uma colega de trabalho, referindo-se à difícil conciliação do trabalho profissional e com maternidade: *fazer sucesso e parar nove meses a cada dois anos são coisas incompatíveis.*

Às exigências contraditórias de feminilidade e de sucesso, as repostas das mulheres mostram uma enorme capacidade de amalgamar *acomodação* e *resistência*; vivenciamos ao mesmo tempo a aceitação e a rejeição à ideologia que nos cobra e nos impõe limites e interdições à participação efetiva no espaço público. Descrita originalmente a partir da reação cotidiana dos escravos americanos negros, a dialética *acomodação na resistência e resistência na acomodação* foi amplamente utilizada na análise de respostas de *mulheres e meninas às ideologias dos papéis sexuais*. Trata-se de um mecanismo pelo qual os escravos, as mulheres, assim como todos os grupos humanos expostos à situação de opressão e contradição não se comportam de modo a submeter-se totalmente, nem a opor-se abertamente ao sistema através de revoltas: *nem a total passividade diante da ideologia da submissão, nem a rejeição e revolta*. Essa dialética pode ser detectada na dinâmica ambígua, da mulher frente às demandas da casa e os apelos da rua, ou aos apelos da casa e às demandas da rua.

Assim é que a tensão *casa-rua* para a mulher urbana contemporânea manifesta-se na impossibilidade de se manter restrita à casa, movida pela

necessidade e pelo desejo de ganhos econômicas e de reconhecimento social de um lado, e de outro a impossibilidade de uma completa imersão no espaço da rua, onde não lhe são abertas as portas para uma efetiva participação na dinâmica competitiva, nem lhe são disponibilizados equipamentos sociais e suportes culturais que atendam às necessidades da vida doméstica e da maternagem. Instala-se um conflito cuja resolução muitas vezes se dá pela incursão num campo profissional *feminino*, pouco competitivo e impregnado dos mesmos quesitos e valores da *feminilidade*. As *ditas* profissões femininas seriam uma das formas de resposta de equacionamento do dilema *casa rua*, representando uma extensão, na praça pública, das práticas, valores e experiências da vida doméstica.

O Serviço Social, neste contexto, representa, para muitas de nós, mulheres, a possibilidade de resolução de um conflito entre os papéis tradicionais a nós atribuídos e a busca/ necessidade de realização profissional. A profissão torna-se um terreno propício para o desenvolvimento de um estilo de vida ao mesmo tempo passivo e ativo, de acomodação e resistência, de aceitação e negação. O depoimento de uma aluna ilustra-o bem: *eu acho o ideal para a feminilidade da mulher é ser assistente social, não é? Mas eu acho que hoje a mulher também pensa em ganhar dinheiro.*

Também a vida cotidiana das alunas expressa esta (im)possível conciliação: entre estágio e emprego, a jornada de trabalho do grupo varia de 40 a 50 horas semanais; além deste encargo diário, das 14 entrevistadas, 11 dedicam-se a tarefas domésticas, entendendo-se por isto não apenas cuidados com a casa, mas também compras, cuidados com crianças (quatro delas são mães) e com pais. Mulheres, mães, trabalhadoras, portadoras de diploma de nível superior, lutam por um lugar ao sol, mesmo que este não seja tão claro e luminoso.

## Considerações finais

*rata-se de dar voz ao silêncio, de dar vida à História.*

**José de Souza Martins**

A presença feminina no Serviço Social – marcador das simbologias, representações e práticas passadas e atuais – associa o Serviço Social com o cuidado pessoal, espontâneo e gratuito, ancorando-o no espaço onde domina a *cultura dos sentimentos*, como chama J. S. Mill. Trata-se de um caráter *generificado* que, de forma *quase invisível*, habita não apenas o espaço externo que nos circunda, mas que compõe e participa da constituição de nosso ambiente interno e de nossa identidade: o gênero passa como algo que *está lá desde sempre* (Lauretis, 1994).

Pouco problematizada, lidamos *naturalmente* com a vinculação da profissão com práticas e sentidos *femininos* e subalternos, como se, na divisão social dos sentimentos, coubesse a nós, mulheres-assistentes sociais, sermos portadoras da piedade, da solidariedade e do altruísmo. Aceitamos a missão de contrabalançar o individualismo, o egoísmo e o utilitarismo dominantes, com a muda intenção de evitar seu deslizamento para sentimentos e atitudes raivosas para com a pobreza, considerada degradante, indigna e violenta.

A par do enorme esforço dos setores organizados da categoria, da academia às entidades que nos representam, de conquistar nosso assento no espaço público do conhecimento científico, universal e impessoal, continuamos a conviver com os registros *tradicionais* que deram origem à profissão: o caráter pessoal e benevolente da assistência. As ambigüidades e contradições que atravessam sentimentos e atitudes, mas também políticas e programas assistenciais – entre a *piedade e a força* (Geremek), a compaixão e a repulsa, a proteção e a punição, o controle e a emancipação, o assistencialismo benemérito e a assistência como direito -, repercutam nas subjetividades das(os) assistentes sociais, misturando sofrimento e alegrias, disposição para a luta e conformismo. A vida cotidiana de um(a) assistente social *comum* a(o) coloca frente a frente com contendas e negociações entre a assistência como controle, e as intenções de conquista da autonomia; entre práticas

emergenciais de resposta às urgências, e a construção da cidadania plena; entre a ajuda focal e o direito universal.

Compreender as contradições, disputas e descontinuidades teóricas e práticas que atravessam nossa profissão é, a nosso ver, uma condição para a construção de uma identidade consistente, capaz de definir nosso lugar no mapa da divisão social do trabalho. É também a condição de superarmos o embaraço que freqüentemente sentimos ao sermos perguntadas(os): *o que é Serviço Social?* Uma experiência de *não-se-saber-dizer* que nos afeta e nos incomoda, porque nos fala da fluidez do nosso desenho profissional e dos paradoxos inscritos nas finalidades de nossas práticas. Trata-se, assim, de uma tarefa acadêmica e política e grande porte; de tomar o cotidiano da(o) assistente social como alvo de reflexão teórica, promovendo o encontro das interpretações fenomenológicas da vida cotidiana, com as análises dialéticas, especialmente as que se voltam para o estudo da alienação (K.Kosik e outros), sem nos esquecermos de A. Heller, que nos fala das *necessidades radicais* que emergem na aparente banalidade da vida cotidiana. Entre nós, José de Souza Martins defende a de se fazer uma aliança de diferentes paradigmas analíticos, demonstrando que só ela nos possibilita chegar até os recantos mais escondidos da vida do homem comum.

O estudo sobre a dimensão *generificada* da profissão aponta para um horizonte de pesquisas empíricas e reflexões teóricas, de escuta atenta e solidária, com vistas a se chegar até o cotidiano pouco conhecido das(os) *assistentes sociais de campo*, reduto da reprodução e das rupturas, da continuidade e da descontinuidade, como na fala de J. S. Martins:

É no fragmento de tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano, que essas contradições fazem saltar fora o momento da criação e de anúncio da História – o tempo do possível. E que, justamente por se manifestar na própria vida cotidiana, parece impossível. Esse anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instalam as condições de transformação do impossível em possível (2000, p.63).



## Referências bibliográficas

- ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- ARENDDT, H. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARRISCADO NUNES, J. Com mal ou com bem, aos teus te até: as solidariedades primárias e os limites da sociedade providência. In: \_\_\_\_\_. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 42, Coimbra: 1995
- AUTÈS, M. **Les paradoxes du travail social**. Paris: Dunod, 1999.
- BAILLEAU, F. et al. **Lectures sociologiques du travail social**. Paris: Ouvrières, 1985.
- BAREL, Y. O que está em jogo no trabalho social. In: \_\_\_\_\_. **Intervenção social**. Lisboa: ISSSL, 1985.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, P. ; PASSERON, J.C. **La reproducción**: elementos para una teoria del sistema de enseñanza. Barcelona: Ed. Laia, 1981.
- CAILLE, A. Ni holisme ni individualisme méthodologiques: Marcel Mauss et le paradigme du don: l' obligation de donner: la découverte sociologique capitale de Marcel Mauss. **La Revue de M.A.U.S.S.**, Paris, n.8, p. 12-58, 2º semestre 1996.
- CASTEL, R. **La gestion des risques**. Paris: Minuit, 1992.
- DOSSE, F. **L'empire du sens**: l'humanisation des sciences humaines. Paris: La Découverte, 1997.
- DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto, 1997.
- DUBAR, C.; TRIPIER, P. **Sociologie des professions**. Paris: Armand Colin, 1998.
- FREIDSON, E. **Renascimento do profissionalismo**. São Paulo: Edusp, 1998.
- GEREMEK, B. **A piedade e a força**: história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986.
- GODBOUT, J. **O espírito da dádiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
- GRASSI, S. **La mujer y la profesión de asistente social**: el control de la vida cotidiana. [s.l.]: Buenos Aires: Hvmantas, 1989.
- GROULX, L. Histoire de service social ao Québec: de la vocacion féminine à l'approche féministe: le service social ao Québec (1939-90). In: MARTINS, A.; HENRIQUEZ, A. (Org.) **Serviço social no feminino**. Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 1995. p. 79-107.
- HELLER, A. **La théorie des besoins chez Marx**. Union Générale d'Éditions: Paris, 1978.
- HECKERT, S. **Identidade e mulher no serviço social**. 1989. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ION, J. e TRICART, J.P., 1998, *Les Travailleurs sociaux*, Paris, La Découverte
- JAMUR, M. **Imaginaire du changement et idéologie de la permanence**: la formation des assistants sociaux au Brésil. 1990. Tese (Doutorado) - École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LASCH, C. **A mulher e a vida cotidiana**: amor, casamento e feminismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. (Org.) **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MARKUS, M. Mulheres, êxito e sociedade civil: submissão a ou subversão do princípio de realização. In: BENHABIB, S. CORNELL, D. (Org.) **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

- MARTINS, J. De Souza. **A sociabilidade do homem simples** – cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.
- PAUGAM, S. **La desqualification sociale**: essai sur la nouvelle pauvreté. Paris: PUF, 1991.
- PERROT, M. Sair. In.: FRAISSE, G.; PERROT, M. **História das mulheres**: o século XIX. São Paulo: Afrontamento, 1991. p. 503-539.
- SANTOS, Y. M. Serviço Social: afinal do que se trata?. In: **Praia Vermelha Estudos de Política e Teoria social**, Rio de Janeiro, n.5, pp. 164-189, 2º semestre/ 2001
- SARACENO, C. A dependência construída e a interpedência negada: estrutura de gênero da cidadania”, In: BONACCHI, G.; GROPPI, A. **O dilema da cidadania**: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Ed.Unesp, 1995. p. 205-234.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./ago. 1995.
- TRONTO, J. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: \_\_\_\_\_. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. Campinas, n.3, p. 63-84, 1994.
- VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- VELOSO, R. **No caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e gênero**, (mimeo), 2001.
- VERDÉS-LEROUX, J. **Trabalhador social**. São Paulo: Cortez, 1986.